

PUBLICO PORTOGALLO

Governo promete “grande baixa” de IRS nos “rendimentos médios” em 2021

CDS quer reparar portugueses das ex-colónias que regressaram a Portugal. Trabalhos começam nesta terça-feira com a discussão e votação das propostas que os partidos avocam para o plenário. São medidas que os partidos não conseguiram aprovar em comissão, mas em relação às quais acreditam, por qualquer motivo, que podem passar em plenário.

Maria Lopes e Sofia Rodrigues

4 de Fevereiro de 2020

Depois de BE e PCP pedirem uma revisão dos escalões de IRS, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, comprometeu o Governo com uma redução de impostos em 2021. "Conseguiremos no próximo ano fazer uma grande baixa de impostos sobretudo para os rendimentos médios", disse, depois de salientar a reforma dos escalões do IRS realizada em 2018.

O governante acabou por se envolver numa troca de argumentos com o deputado do PSD Duarte Pacheco sobre se há ou não aumento da carga fiscal. O social-democrata acusou Mendonça Mendes de dizer que a carga fiscal baixou mas acabou por admitir vários aumentos de impostos como o imposto de selo, o imposto sobre os combustíveis e o alojamento local. "Para si, o conceito de carga fiscal varia consoante o dia e os impostos. Mais impostos, mais carga fiscal".

O secretário de Estado contrariou o social-democrata. "Não sei onde é que o senhor encontra neste Orçamento qualquer aumento dos impostos. O que vi era que o PSD queria criar um imposto qualquer", afirmou, citando o relatório do Banco de Portugal sobre a carga fiscal estrutural, que refere que todas as medidas fiscais do Governo do PSD "foram no sentido de agravar a carga fiscal enquanto as do PS foram no sentido de diminuir".

António Mendonça Mendes argumentou ainda haver aumento de receita mas por via das contribuições para a segurança social como reflexo do aumento do emprego.

A questão da carga fiscal já tinha sido criticada por João Almeida, do CDS, e também por João Cotrim Figueiredo, da Iniciativa Liberal. O centrista João Almeida assinalou que PCP e BE são os mesmos partidos bateram recordes de carga fiscal. "Não adianta vir a gora com propostas tão imbecis como o PS apresenta sobre os jovens e os bebés. Por alguma razão o Governo não respondeu à pergunta sobre quantas pessoas são abrangidas", afirmou, defendendo que a medida "não têm qualquer efeito

relevante sobre o alívio fiscal para as famílias". E questionou: "Queremos ou não aliviar a classe média? Se sim é começar por reduzir as taxas dos escalões de IRS".

O mesmo secretário de Estado protagonizou um diálogo com o deputado da Iniciativa Liberal. António Mendonça Mendes considerou que a proposta da Iniciativa Liberal "é inepta". "É mesmo injusta do ponto de vista social", disse, referindo que é equivalente a tributar um deputado com a mesma taxa do que "alguém que ganha o salário mínimo nacional". João Cotrim Figueiredo acusou o governante de ser arrogante, mas na resposta o secretário de Estado considerou a proposta errada e "inepta" do ponto de vista da formulação.

Em causa está a proposta de que o IRS passe a ter apenas dois escalões, em vez dos actuais oito: um até aos 50.000 euros de rendimento por agregado com uma taxa de 15% e outro para rendimentos superiores, no valor de 27,5%.

No final do debate, o secretário de Estado dirigiu-se ao lugar onde estava sentado João Cotrim Figueiredo e os dois conversaram durante alguns minutos.